

Conceitos fundamentais de Marx

Marx's key concepts

Lais Ribeiro Valadão

Graduanda em Ciências Econômicas pela UFF

Helena Gouveia da Silva Regis

Graduanda em Ciências Econômicas pela UFF

Paula Helena Ayres

Graduanda em Ciências Econômicas pela UFF

Resumo: O presente artigo tem como objetivo apresentar os conceitos discutidos por Karl Marx no primeiro capítulo do seu livro "*O capital*". O artigo é composto por uma revisão bibliográfica, a qual inicia dissertando sobre as diferentes formas pelas quais o valor foi concebido ao longo da história, desde os mercantilistas até a formulação de Marx, que será exposta pelo conceito de valor de troca e a identificação do trabalho abstrato como substância do valor. Uma vez compreendido o valor como conteúdo que se expressa no valor de troca, segue-se com a análise do valor de troca como forma de manifestação desse conteúdo (valor). Por este caminho analítico, tem-se como resultado a apresentação de como Marx elucida a gênese lógica do dinheiro e conceitua o fetiche da mercadoria.

Palavras-chave: Valor. Mercadoria. Trabalho.

Abstract: This article aims to present the concepts discussed by Karl Marx in the first chapter of his book "Capital". The article consists of a bibliographical review, which begins by discussing the different ways in which value has been conceived throughout history, from the mercantilists to Marx's formulation, which will be exposed by the concept of exchange value and the identification of abstract labor as the substance of value. Once value is understood as the content expressed in exchange value, the text concentrates on the analysis of exchange value as a manifestation form of this content (value). Through this analytical path, it will be shown as a result how Marx elucidates the logical genesis of currency and conceptualizes the commodity fetish.

Keywords: Value. Commodity. Labor.



1 Introdução

O subtítulo da obra *"O Capital"*, que foi publicada em 1867 por Karl Marx, explica claramente o seu conteúdo: uma "crítica da economia política". Logo no primeiro capítulo, o objetivo de Marx é definir "mercadoria e dinheiro", nome dado à primeira seção e foco do estudo a seguir. Para isso, a princípio, é preciso fazer uma retrospectiva histórica dos modelos socioeconômicos passados até chegar ao capitalismo. Sendo assim, as informações a seguir foram baseadas no livro *"História do Pensamento Econômico"*, de Isaac Rubin (2014).

O primeiro modelo diz respeito aos mercantilistas, em que o acúmulo de metais preciosos (em especial ouro e prata) corresponde ao verdadeiro acúmulo de riqueza. Isto é, era preciso vender bastante e comprar pouco, a fim de manter os metais preciosos - dinheiro na época de Marx - dentro do território nacional.

Vale destacar duas sociedades, a espanhola e a francesa. A primeira possuía muita riqueza, visto que as explorações na América do século XVI foram bem sucedidas, no entanto, a segunda não teve a mesma sorte. A política de preços mercantilista francesa era dedicada a resultar em produtos de alta qualidade e baixo preço somente para as elites. Essa política funcionou durante o século XVII e fez da França a maior nação comercial da Europa, entretanto, devido à tamanha rigidez em prol da excelência do produto, a economia francesa estagnou e permaneceu em situação de atraso durante o século XVIII, se comparado às demais nações europeias. Por fim, a falha do modelo ainda contribuiu para o aumento da miséria no país.

Fica claro a insustentabilidade do modelo, entretanto esse é um excelente exemplo das práticas mercantilistas, tendo em vista que a necessidade de acumular metais preciosos sobrepõe, até mesmo, a produção de bens de subsistência, pois outro fator que corroborava para a redução dos custos era a não taxação da produção têxtil, enquanto a produção agrícola era taxada, já que não acumularia metais preciosos.

O segundo modelo corresponde aos fisiocratas que consideravam a riqueza tudo aquilo que é necessário para satisfazer as necessidades

humanas, ou seja, a terra é a grande riqueza. Em contrapartida ao exemplo anterior, os fisiocratas defendiam priorizar os bens de subsistência ao acúmulo de metais.

Posteriormente, Adam Smith (1996) reorganiza as ideias econômicas da época e adota a abordagem fisiocrata para explicar o caso inglês, no entanto a modifica ao incorporar a indústria. Para os fisiocratas, a mudança da forma não aumenta a riqueza, mas, para Smith, a transformação gera riqueza por meio do trabalho, assim, o segundo argumenta que o crescimento da riqueza das nações é advindo do trabalho.

Como exemplo temos a transformação do trigo em farinha por meio do trabalho, em que a farinha é mais necessária ao homem, portanto, tem maior valor, dado que com ela é possível utilizá-la de formas mais diversas e úteis que o próprio trigo. Para Smith, o trabalho é o produtor da riqueza e a acumulação de capital é o elemento chave do crescimento da nação, logo, o autor defende o valor do trabalho.

Em meio a isso, a estrutura social francesa estava agrupada da seguinte forma: clero no primeiro estado, nobreza no segundo estado e trabalhadores e burgueses no terceiro estado, ou seja, durante o século XVI, a relação social vigente era a do tipo feudal, em que os burgueses e trabalhadores estavam juntos no mesmo grupo subalterno.

A Revolução Francesa trouxe muitas mudanças, entre as quais, mudanças estruturais da sociedade. Durante a superação do antigo regime, surge um novo conflito, a luta por maior lucro entre capitalistas e trabalhadores, que passam a se distinguir por classes opostas, instaurando a nova relação social de troca de mercadoria, em que não há vínculo afetivo e há liberdade para estabelecer novos valores.

Assim, Ricardo (1996) elabora sua teoria da renda, a qual a renda da terra é crescente quando um fator variável (podendo ser trabalho ou capital) aumenta perante o fator fixo (no caso, a terra), até que a produtividade seja decrescente, devido à desigual fertilidade e localização das terras, por conseguinte, tem-se uma redução do acúmulo de capital e/ou lucro; e a sua teoria do valor trabalho, em que o valor

corresponde ao produto produzido pelo homem e, seguindo a tendência, tem-se, novamente, a redução da taxa de lucro dos capitalistas.

Outro pensador que se destacou durante esse período de análises pessimistas foi Malthus (1996), que vivia na Inglaterra, local onde formulou a sua principal teoria, a qual diz que a população cresce em progressão geométrica e a produção de alimentos em progressão aritmética. Esta teoria foi muito bem aceita, uma vez que o seu país passava por um grande período de fome.

Em oposição à teoria do valor trabalho, surgem os marginalistas que defendem a teoria do valor utilidade. Os pensadores dessa corrente são Menger (1983), Jevons (1996) e Walras (1996), os quais trazem maior rigor à teoria do que o seu antecessor Bentham, ao considerarem a utilidade de apenas uma unidade adicional.

Logo, pode-se concluir que a ciência econômica percorreu um longo período, passando por ideias otimistas e pessimistas (denominada ciência fúnebre), reflexo das realidades que permeavam os pensadores, ou seja, fome e taxa de lucro decrescente nessa última.

Após essa retrospectiva histórica, voltemos ao livro de Marx situado dentro do modelo capitalista, o sistema que perdura até os dias de hoje, para explicar o valor e o trabalho abstrato.

2 Valor e trabalho abstrato: peculiaridades de uma sociedade mercantil

Numa sociedade capitalista, a riqueza “aparece como uma ‘enorme coleção de mercadorias’” (MARX, 2013, p. 97) individuais. Dessa simples frase é possível perceber que o modo como a riqueza aparenta ser não significa que ela é, entretanto ela faz parte da realidade; realidade esta, que é composta por aparência e existência.

O autor completa a definição de mercadoria como “um objeto externo, uma coisa que, por meio de suas propriedades, satisfaz necessidades humanas de um tipo qualquer” (MARX, 2013, p. 97), sendo a primeira passagem uma oposição aos marginalistas que consideram o objeto subjetivo e a segunda refere-se às necessidades essenciais ou não

essenciais, de forma direta (meio de subsistência) ou indireta (meio de produção).

Reforçando a ideia de objetividade, a qual está contida na sociedade, enquanto a subjetividade se dá para os indivíduos e ambos se dão pelas propriedades físicas da mercadoria, logo, pode-se dizer que o objeto possui utilidade para a sociedade por mais que não possua para um indivíduo ou grupo de indivíduos. Exemplificando, a carne é um alimento que faz parte da dieta do brasileiro, assim como arroz e feijão, porém um brasileiro que também é vegano não dará o mesmo valor para a carne que um brasileiro comum. Portanto, a questão do valor decorre da concepção de que existem fins nas atividades humanas.

Na obra *“O Capital”*, há duas categorias de valor, a saber, o valor de uso e o valor de troca. Nesse primeiro momento, nos atentamos a discutir o valor de uso.

Definindo a coisa útil como um conjunto de propriedades que possui dois pontos de vista, o quantitativo e o qualitativo, é possível salientar que cada objeto pode “ser útil sobre diversos aspectos” (MARX, 2013, p. 97), assumindo assim duas características, são elas “múltiplas formas de uso das coisas” (MARX, 2013, p. 97) e “medidas sociais - natureza diversa dos objetos e convenção - para a quantidade das coisas úteis” (MARX, 2013, p. 97). Como Karl Marx explicita na seguinte passagem:

A utilidade de uma coisa faz dela um valor de uso. Mas essa utilidade não flutua no ar. Condicionada pelas propriedades do corpo da mercadoria [Warenkörper], ela não existe sem esse corpo. Por isso, o próprio corpo da mercadoria, como ferro, trigo, diamante etc., é um valor de uso ou um bem. Esse seu caráter não depende do fato de a apropriação de suas qualidades úteis custar muito ou pouco trabalho aos homens (MARX, 2013, p. 97).

Assim, temos a definição de valor de uso, que é a finalidade da ação humana, é o modo como o indivíduo molda seu comportamento, a fim de obter ao final um objeto, que por sua vez trará utilidade, ou seja, o objeto torna-se valor de uso. Trata-se do conteúdo material da riqueza, dado o caráter útil. O bem, que também é portador material do valor de troca, tem caráter contraditório, dado que não há valor na matéria, mas a matéria tem valor.

Importante dizer que, se abstraído das mercadorias aquilo que as tornam diferentes, tem-se a redução do valor de uso, resultando naquilo que as tornam iguais: o produto do trabalho. O valor da mercadoria resulta da abstração objetiva de seu valor de uso, portanto não corresponde aos componentes corpóreos dela, nem às qualidades sensíveis, assim, ele permanece sendo produto do trabalho, mas apenas de sua dimensão abstrata. A mercadoria é dúplice, valor de uso e valor, e resulta do caráter também dúplice do trabalho que produz mercadorias. O valor de uso resulta do trabalho concreto, atividade humana específica voltada para a realização de um fim também específico. O valor, por outro lado, é o que há de comum entre todas as mercadorias e resulta destes mesmos diversos trabalhos, não por sua diversidade, mas por seu caráter de atividade humana finalística, abstraído o caráter útil específico de cada atividade concreta.

Dessa maneira, há uma redução para trabalho humano igual ou trabalho humano abstrato, em que os resíduos dos produtos do trabalho são os valores de mercadoria, que consiste no trabalho humano indiferenciado e no dispêndio de força de trabalho humano acumulado, a substância social sem considerar os tipos de dispêndio.

“Um valor de uso ou bem só possui valor porque nele está objetivado ou materializado trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p. 99), ou seja, a grandeza de seu valor é medida “por meio da quantidade de ‘substância formadora de valor’, isto é, quantidade de trabalho nela contida” (MARX, 2013, p. 99), em que a quantidade é determinada pelo tempo de duração médio do trabalho humano igual ou força de trabalho social médio, vulgo tempo de trabalho socialmente necessário.

O tempo de trabalho socialmente necessário “é aquele requerido para produzir um valor de uso qualquer sob as condições normais para uma dada sociedade e com o grau social médio de destreza e intensidade do trabalho” (MARX, 2013, p. 99). A máquina faz com que o produto de sua hora de trabalho individual reduza em relação à hora de trabalho social (ainda era preciso o mesmo tempo de trabalho para a produção manual), reduzindo também o valor. “É apenas a quantidade de trabalho socialmente necessário ou o tempo de trabalho socialmente necessário

para a produção de um valor de uso que determina a grandeza de seu valor” (MARX, 2013, p. 100).

“Mercadorias que estão contidas quantidades iguais de trabalho ou que podem ser produzidas no mesmo tempo de trabalho têm a mesma grandeza de valor” (MARX, 2013, p. 100), em que o valor corresponde ao tempo de trabalho cristalizado “mas este muda com cada mudança na hora produtiva do trabalho” (MARX, 2013, p. 100) determinado por múltiplas circunstâncias. São elas: grau médio de destreza dos trabalhadores; grau de desenvolvimento da ciência e de sua aplicabilidade tecnológica, organização social do processo de produção; volume; eficácia dos meios de produção; e condições naturais.

Assim, “quanto maior é a força produtiva do trabalho, menor é o tempo de trabalho requerido para a produção de um artigo, menor a massa de trabalho nele cristalizada e menor o seu valor” (MARX, 2013, p. 100), vice e versa.

A grandeza de valor de uma mercadoria possui relação direta com a quantidade de trabalho que nela é realizado e relação inversa com a força produtiva desse trabalho. Além disso, há as seguintes exceções:

Uma coisa pode ser valor de uso sem ser valor. É esse o caso quando sua utilidade para o homem não é mediada pelo trabalho. Assim é o ar, a terra virgem, os campos naturais, a madeira bruta etc. Uma coisa pode ser útil e produto do trabalho humano sem ser mercadoria. Quem, por meio de seu produto, satisfaz sua própria necessidade, cria certamente valor de uso, mas não mercadoria. Para produzir mercadoria, ele tem de produzir não apenas valor de uso, mas valor de uso para outrem, valor de uso social. {E não somente para outrem. O camponês medieval produzia a talha para o senhor feudal, o dízimo para o padre, mas nem por isso a talha ou o dízimo se tornavam mercadorias. Para se tornar mercadoria, é preciso que o produto, por meio da troca, seja transferido a outrem, a quem vai servir como valor de uso.} Por último, nenhuma coisa pode ser valor sem ser objeto de uso. Se ela é inútil, também o é o trabalho nela contido, não conta como trabalho e não cria, por isso, nenhum valor. (MARX, 2013, p. 100-101)

Vale destacar uma diferença importante para a conceituação de trabalho abstrato a respeito do tempo de trabalho socialmente estabelecido e do tempo de trabalho abstrato. Em que o tempo de trabalho socialmente estabelecido corresponde a uma relação social dado a força produtiva em conjunto, isto é, em média para a produção de mercadoria em que essa medida de tempo altera-se com base em inovações tecnológicas que modificam as forças produtivas sem variar a

complexidade do trabalho e o valor natural das mercadorias, alterando somente a quantidade de mercadorias em que o valor é distribuído; já o tempo de trabalho abstrato diz respeito a uma relação social e natural, dado que se trata de uma atividade sobre a natureza e está ligado à destreza do trabalho. Logo, são expressões e conceitos diferentes, mas que a ênfase não deve se respaldar nas diferenças, o que importa nesta concepção é que a segunda (tempo de trabalho abstrato) pode e deve ser medida pelo tempo socialmente necessário, ou seja, o tempo quantifica o trabalho abstrato e constitui a substância do valor.

Outra diferenciação importante é entre tempo socialmente necessário (cuja magnitude determina valor) e tempo cronológico (que mensura trabalho concreto), em que o primeiro se refere ao trabalho abstrato, logo, formador de valor, ou seja, quando o produto do trabalho abstrato se torna mercadoria; e o segundo é o tempo concretamente gasto no trabalho concreto para produzir uma mercadoria.

Destaca-se que o trabalho produtor de mercadorias também possui caráter dúplice (concreto e abstrato) correspondente às duas características da própria mercadoria (valor de uso e valor), aquela diz respeito ao valor da mercadoria que a permite entrar na relação de troca, e esta refere-se à proporção que se trocam duas mercadorias. Outrossim, a utilidade da mercadoria está presente no valor de uso dela que decorre do trabalho útil correspondente à sua realização.

Assim, duas mercadorias distintas são coisas de iguais substâncias que expressam de forma objetiva o mesmo tipo de trabalho, além do mais, abstraindo da finalidade da atividade produtiva, ou seja, do caráter útil do trabalho, ainda resta o dispêndio de força produtiva na execução dessas duas mercadorias, nesse sentido, também são trabalho humano, por mais que sejam advindos de trabalhos qualitativamente distintos. Portanto, segundo o exemplo que Marx utiliza, a relação entre casaco e linho, ambos são considerados valores de uso qualitativamente distintos, bem como o trabalho necessário (alfaiataria e tecelagem) para realizá-los.

Ademais, o trabalho humano ou dispêndio de força produtiva corresponde a expressão do valor da própria mercadoria, uma vez que a

força produtiva pode ser definida como o grau de eficácia da atividade produtiva voltada para o fim e num intervalo de tempo, ou seja, o grau de eficácia do trabalho concreto.

Naturalmente, a força produtiva é sempre a força produtiva de trabalho útil, concreto, e determina, na verdade, apenas o grau de eficácia de uma atividade produtiva adequada a um fim, num dado período de tempo. O trabalho útil se torna, desse modo, uma fonte mais rica ou mais pobre de produtos em proporção direta com o aumento, ou a queda de sua força produtiva. (MARX, 2013, p. 104)

Vale evidenciar que a força produtiva não modifica o valor nem a complexidade do trabalho, apenas altera a quantidade de mercadorias que possui tal valor distribuído nelas e também o valor de uso, essa constatação pode ser obtida através da leitura do seguinte excerto.

Ao contrário, por si mesma, uma mudança da força produtiva não afeta em nada o trabalho representado no valor. Como a força produtiva diz respeito à forma concreta e útil do trabalho, é evidente que ela não pode mais afetar o trabalho, tão logo se abstraia dessa sua forma concreta e útil. Assim, o mesmo trabalho produz, nos mesmos períodos de tempo, sempre a mesma grandeza de valor, independentemente da variação da força produtiva. Mas ele fornece, no mesmo espaço de tempo, diferentes quantidades de valores de uso: uma quantidade maior quando a produtividade aumenta e menor quando ela diminui. A mesma variação da força produtiva, que aumenta a fertilidade do trabalho e, com isso, a massa dos valores de uso por ele produzida, diminui a grandeza de valor dessa massa total aumentada ao reduzir a quantidade de tempo de trabalho necessário à sua produção. E vice-versa (MARX, 2013, p. 104).

O trabalho concreto produz valor de uso específico e de valor de troca geral, e eles devem apresentar a mesma grandeza (quantidade de trabalho) entre si para serem passíveis de troca. Em outras palavras, todo trabalho humano é igual produtor de valor e diferente em valor de uso.

Logo, vale ressaltar que, os valores de uso dos corpos das mercadorias são nexos de dois elementos, matéria natural e trabalho. Visto que o trabalho é uma atividade humana sobre a natureza, ao retirar o dispêndio humano exercido, resta apenas a própria natureza em seu estado inicial, por isso, pode-se dizer que o trabalho exercido é apenas uma transformação da matéria, de um estado inicial para outro. Ou seja, é preciso salientar que o trabalho não é o único constituidor do produto final, a natureza é a condição básica para isso, desse modo, o valor de uso é composto tanto pelo trabalho quanto pela natureza, única fonte de riqueza material. Não obstante, a relação entre trabalho e natureza se dá

de forma direta, entretanto, essa última possui relação indireta com o valor, constituindo assim, o duplo aspecto do trabalho.

Por fim, Marx também diferencia o trabalho em simples e complexo. O primeiro, é definido pela potência média de trabalho que todo ser humano é capaz de executar sem qualquer especialização, tal medida é estabelecida pela sociedade, e, por isso o trabalho simples varia conforme a época cultural e a nação ou grupos sociais, logo, é presumível que o processo de trabalho é, nesse sentido, diferente nas diferentes sociedades e igual para uma determinada sociedade (MARX, 2013, p. 103). Já o segundo, que também pode ser denominado trabalho simples potencializado ou multiplicado, devido a sua característica de redução a trabalho simples, refere-se aos treinamentos que poucos homens possuem.

A redução do trabalho complexo para simples é possível, pois as duas variações do trabalho se equiparam quanto ao valor das mercadorias, então, por meio da igualdade do valor presente em todas as mercadorias, sejam elas advindas de trabalho simples sejam elas advindas de trabalho complexo, ocorre o estabelecimento da relação de uma com a outra, tendo em vista também que o valor possui a mesma grandeza. Portanto, tal comparação pode ser feita sem qualquer prejuízo de valor.

2.1 Valor de troca e a gênese lógica do dinheiro

Para que se possa fazer uma análise sobre o valor de troca, é preciso ter em mente a seguinte definição: o valor de troca é a proporção em que se trocam duas mercadorias quaisquer. Assim, se comparado com o valor de uso, quando se trata do valor de troca as qualidades físicas, químicas ou biológicas do objeto são deixadas à parte.

A questão da qualidade e quantidade, discutidas no item anterior ganham uma nova perspectiva aqui, uma vez que a quantidade só será comparável se os objetos possuírem algo que torne possível considerá-los como de mesma qualidade, e então pode-se dizer que com

o valor de troca as coisas só se diferenciam quantitativamente; a mercadoria nesse contexto perde as características qualitativas.

As mercadorias possuem caráter dúplice, ou seja, elas contêm a característica de serem “úteis e, ao mesmo tempo, suporte de valor”. Entretanto, a mercadoria só é valorada quando é mensurada pela “mesma unidade social”, que é o “trabalho humano”, visto que o valor é uma relação social entre as mercadorias.

Para acrescentar à discussão sobre o valor, é preciso tomar como base a forma simples de valor. Com efeito, esse valor simples pode ser subdividido em forma de valor relativa e a forma equivalente, para isso utilizaremos a expressão $20 \text{ braças de linho} = 1 \text{ casaco}$, como um exemplo que nos permita analisar cada lado da equação.

De acordo com Marx, a mercadoria presente do lado esquerdo da equação expressa o seu valor (valor relativo), já a do lado direito o objeto fornece o material de expressão desse valor (forma equivalente). Assim, quando duas coisas distintas são equiparadas nessa relação elas acabam por ocupar polos com significados diferentes na expressão do valor.

Logo, temos a possibilidade de escrever a equação como $20 \text{ braças de linho} = 20 \text{ braças de linho}$, entretanto essa é uma associação, que, embora, correta não acrescenta nada, “não é nenhuma expressão de valor”. Ademais, caso a equação seja invertida ($1 \text{ casaco} = 20 \text{ braças de linho}$) o casaco passa a expressar o seu valor e o linho fornece o material de expressão do valor.

Destrinchando ainda mais o conceito de forma de valor relativa, é possível destacar que o valor de uma mercadoria não pode ser observado em si mesmo, como já mencionado anteriormente. O valor só se expressa quando existe uma relação entre as mercadorias, uma relação de valor de troca. Para exemplificar, dizer que 20 braças de linho são iguais a 20 braças de linho não representa de fato o valor no linho, mas quando se diz que 20 braças de linho são iguais a 1 casaco, então, nesse caso, temos uma relação entre duas coisas diferentes, e o que as tornam iguais é justamente o valor.

Empregando, novamente, a equação $20 \text{ braças de linho} = 1 \text{ casaco}$ percebemos que do ponto de vista do valor de uso às duas mercadorias

são, obviamente, diferentes, pois cada objeto fornece ao indivíduo uma utilidade distinta, mas quando observadas pela perspectiva do valor, nos defrontamos com mercadorias compostas por uma mesma substância, permitindo equiparar duas coisas distintas (MARX, 2013).

Segundo Marx, temos que o ácido butanóico ($C_4H_8O_2$) e o formiato de propila ($C_4H_8O_2$) são dois compostos, que possuem a mesma composição atômica, porém a organização de seus átomos é diferente (MARX, 2013, p. 107). A partir dessa analogia, é possível deixar ainda mais claro, que as mercadorias presentes no valor de troca são diferentes, todavia a substância valor está nos dois objetos. Para concluir, a forma do valor é o próprio valor de troca; o valor se dá pela equiparação de duas mercadorias, e essa equiparação é o valor de troca.

Ainda, com base no trecho seguinte:

[...] mas não basta expressar o caráter específico do trabalho que cria o valor do linho. A força humana de trabalho em estado fluido, ou trabalho humano, cria valor, mas não é, ela própria, valor (MARX, 2013, p. 107),

Observa-se que a força humana é a capacidade de trabalhar; o trabalho só consegue criar valor na mercadoria, mas o próprio trabalho não é valor. O trabalho só gera valor quando está em sua forma objetiva, quando gera o resultado, dá origem a uma mercadoria.

Podemos observar o casaco apenas como equivalente do valor do linho e não como valor de uso, ou seja, como o indivíduo irá utilizá-lo. Neste caso, queremos saber qual é o valor de 20 braças de linho e, então, utilizamos o casaco como uma expressão desse valor, uma vez que já o conhecemos. Neste outro exemplo, o casaco ganha um atributo, que decorre da sua posição social, ou seja, dentro dessa relação o casaco é o representante do valor, fora dela não.

E como é quantificada a forma de valor relativa? Esse questionamento, nos leva a salientar que o valor da mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la. Contudo, o tempo de trabalho necessário para a produção de um objeto pode ser alterado à medida que existam alterações nas forças produtivas. Ainda sim, mesmo que ocorra uma alteração no valor de

ambas as mercadorias o valor de troca não se altera, a sua expressão no valor de troca fica inalterada.

Agora, nos atentemos à forma equivalente com mais detalhes. Retomando a equação 20 braças de linho = 1 casaco, observa-se que para que possamos expressar o valor do linho, nos é necessário quantificar esse valor em um determinado número de casacos, assim o que aparece na forma equivalente é uma quantidade de objetos, e essa quantidade de objetos importa ali, apenas, como expressão do valor.

Marx ressalta as três peculiaridades da forma equivalente, são elas: “o valor de uso se torna a forma de manifestação de seu contrário, do valor” (MARX, 2013, p. 111), “o trabalho concreto torna-se forma de manifestação de seu contrário, trabalho humano abstrato” (MARX, 2013, p. 112) e “o trabalho privado converte-se na forma de seu contrário, trabalho em forma imediatamente social.” (MARX, 2013, p. 113)

A primeira peculiaridade revela que o casaco conta aqui como material de expressão do valor do linho; o corpo físico, o seu valor de uso é representante do valor. Em outros termos, o valor de uso converte-se em forma de manifestação de seu contrário, do valor. Destaca-se também que, a relação de valor pode-se modificar socialmente, não há uma relação fixa como ocorre na natureza.

A segunda e terceira peculiaridades destacam que como toda mercadoria é produto do trabalho privado, então, o linho e o casaco são obtidos através desse trabalho e eles só confirmam a validade social de seu trabalho quando chegam ao mercado. Na medida em que o casaco é utilizado como um representante do valor do linho, a validade social do trabalho privado que produz o casaco está segura de antemão.

Ademais, se o casaco é utilizado como um representante do valor do linho, significa que as pessoas que estão discutindo o valor do linho já reconhecem de antemão que o casaco é um bom recurso para medir o valor.

O valor do linho poderia ser expresso por qualquer outra mercadoria, como ferro, trigo, etc. Se trocarmos a mercadoria que ocupa a forma equivalente, esses atributos deixam de estar no casaco e passam

para outra mercadoria, logo esses atributos não são da mercadoria, da materialidade, mas, sim, da posição social da forma equivalente.

Marx ainda apresenta as ideias de Aristóteles. Ao tentar explicar a troca, o pensador grego não consegue achar nada de igual entre as mercadorias, assim Marx acredita que ele não encontra, pois, a relação social dominante naquela sociedade era baseada na relação senhor e escravo.

Partindo da terceira peculiaridade da forma equivalente, de que “toda mercadoria é produto de trabalho privado”, então para que exista a validade social do trabalho é preciso que exista também o valor. Assim, para que as mercadorias tenham valor é imprescindível que a relação social que a permeia seja composta por seres humanos iguais e livres.

Como na Grécia antiga a sociedade não era baseada em trabalho livre e igualdade entre os homens, isso foi um fator importante para que Aristóteles não fosse capaz de determinar a relação entre a troca de mercadorias. À medida que se desenvolve uma sociedade capitalista, autores como Adam Smith, David Ricardo e o próprio Marx constatarem no trabalho essa igualdade que existe nas mercadorias.

Dessa maneira, o enigma do valor de troca é decifrado, uma vez que o ser humano é igual perante todos e, conseqüentemente, o trabalho humano é igual, pode-se concluir que as mercadorias podem ser igualadas, pois, uma mercadoria A e B possuem a mesma substância, a saber, o trabalho.

Sendo assim,

[...]a forma de valor simples da mercadoria é simultaneamente a forma-mercadoria simples do produto do trabalho, e que, portanto, também o desenvolvimento da forma-mercadoria coincide com o desenvolvimento da forma de valor (MARX, 2013, p. 115).

Sabendo, que na expressão 20 braças de linho = 1 casaco o objeto casaco expressa o valor de linho, podemos utilizar qualquer mercadoria para expressar esse valor, ou seja, 20 braças de linho podem ser iguais a 10 libras de chá, ou a ½ tonelada de ferro, ou, etc. Essa nova forma de escrever a equação, denomina-se forma de valor total ou desdobrada, assim, o que antes era comparado de forma casual, simples agora é

representado como “trabalho que equivale a qualquer outro trabalho humano [...]” (MARX, 2013, p. 116).

Logo, apresenta-se uma forma de equivalente particular em cada mercadoria que está do lado direito da equação, ou seja, há abundância de mercadorias que poderiam tomar o lugar do casaco, como o chá, a graxa e o ferro. Assim, fica claro que a forma desdobrada de valor não é completa, já que escrever todas as possíveis mercadorias, que poderiam tomar o lugar de forma equivalente seria uma tarefa impossível, ou seja, a expressão da mercadoria não pode ser obtida de forma homogênea.

Com o intuito de solucionar esse revés, Marx identifica a necessidade de uma equação de trocas de modo inverso, ou seja, agora temos $\frac{1}{2}$ tonelada de ferro = 10 libras de chá = etc. mercadoria valem 10 braças de linho. Desse modo, todas as mercadorias expressam o seu valor no linho, neste momento cria-se uma capacidade única de valor, em que o linho não é mais o equivalente particular, mas, sim, equivalente geral, ele consegue expressar o valor de todas as outras mercadorias.

Apesar disso, qualquer mercadoria poderia estar no lugar do linho, então se faz necessário que uma mercadoria seja aceita socialmente como equivalente geral para todas as coisas. Destarte, a mercadoria que ocupar a posição de equivalente geral será considerada dinheiro. Quando o ouro foi definido como esse equivalente geral, e foi eleito como o representante universal das mercadorias, ele torna-se o representante do valor.

Diante do que foi exposto, pode-se concluir que a gênese do dinheiro advém da compreensão da ideia de equivalente geral. Uma vez superada essa ideia, entende-se que ela é proveniente da forma de valor total ou desdobrada, que por sua vez é resultado da forma de valor simples. Assim, a forma de valor simples dá origem a forma-dinheiro.

2.2 Fetice da mercadoria

No item 4 do primeiro capítulo do livro *O Capital*, o autor aborda o tema do fetice da mercadoria, o modo como ocorre uma inversão entre as relações sociais, na qual os objetos passam a representar relações

sociais humanas, além de apresentar o modo como o fetichismo está enraizado na sociedade capitalista, resultando no ocultamento do caráter social do trabalho e na reificação do valor.

A princípio, é preciso discutir sobre a origem do caráter misterioso da mercadoria. Em primeiro lugar, cabe dizer que ela não provém do valor de uso, uma vez que o aspecto útil da mercadoria é uma propriedade que ela possui e pode possuir. Ainda, podemos considerar que não há mistério com relação ao valor de uso, porque o mesmo pode ser evidenciado, por exemplo, pela modificação que os indivíduos realizam em matérias naturais, com a finalidade de alterar suas formas para que tal material lhe seja útil.

Além disso, seu misticismo também não provém do valor e o primeiro argumento que Marx utiliza para prová-lo é que por mais que os variados tipos de trabalhos úteis e atividades produtivas possam ser diferenciáveis, eles possuem suas características únicas desconsideradas, considerando apenas o caráter do trabalho humano abstrato, indiferenciável. No segundo argumento, diz que a massa de trabalho humano indiferenciada exclui as diferenças qualitativas das coisas produzidas, sendo o importante a relação quantitativa, proporção na qual ocorre a troca de mercadorias e por fim, o trabalho dos homens assume uma forma social, visto que de algum modo eles trabalham uns para os outros, de forma que o valor social é realizado com as trocas e para que isso ocorra, valor e valor de uso devem estar unidos.

Portanto, após excluir os valores da origem do caráter misterioso, Marx constata que ele provém da própria forma da mercadoria. Haja vista que quando os produtos do trabalho humano apresentam a forma de mercadoria, transformam-se em objetos providos de relações sociais. Desse modo, por possuírem relações sociais, podem identificar-se como sujeitos, como é apresentado pelo autor ao longo do capítulo 1 por meio do recurso da antropomorfização.

Segue-se como exemplificação a passagem,

[...] Por exemplo, a forma da madeira é alterada quando dela se faz uma mesa. No entanto, a mesa continua sendo madeira, uma coisa sensível e banal. Mas tão logo aparece como mercadoria, ela se transforma numa coisa sensível-suprassensível. Ela não só se mantém com os pés no chão,

mas põe-se de cabeça para baixo diante de todas as outras mercadorias, e em sua cabeça de madeira nascem minhocas que nos assombram muito mais do que se ela começasse a dançar por vontade própria (MARX, 2013, p. 121).

Após exposta a origem do fetiche da mercadoria, é necessário explicá-lo. Começamos por considerar o que é fetiche (em geral) antes de retomar a discussão sobre o caso específico do fetiche da mercadoria, que em sua definição, segundo o dicionário Michaelis (2015), trata-se de um objeto a que se acredita apresentar qualidades mágicas ou eróticas. Dessa forma, tem-se como referência para essa definição o caso de uma pessoa que assiste aos jogos de futebol apenas com uma determinada camiseta de seu time, pois outra roupa traria azar com relação aos jogos, em seu modo de pensar. Assim, o indivíduo estaria atribuindo à camiseta uma propriedade que não é dela, isto é, a propriedade de poder definir o rumo das partidas.

No caso específico do fetiche da mercadoria, temos algo análogo, um fetiche objetivo. Uma propriedade que não pode ser das coisas se apresenta objetivamente como propriedade delas. Logo, é possível identificar o fetiche da mercadoria ao lembrar que mercadorias são detentoras de valor, o qual é uma relação social, ou seja, o fetiche é encontrado na reificação do valor, na percepção de que as relações sociais passam a ocorrer não mais por intermédio de seres humanos racionais, mas, sim, através de objetos desprovidos de racionalidade.

Tal como o fetiche da mercadoria, o fetiche do dinheiro possui a mesma definição, considerando que o dinheiro estabelece relações sociais com outros objetos, coisa que nenhum papel pode fazer.

Na troca entre mercadorias, os humanos não consideram o quanto de trabalho foi requerido para sua produção (os diferentes trabalhos são reduzidos ao seu caráter comum de trabalho abstrato), mas levam em consideração o quanto de outros produtos alheios eles podem obter em troca de seus próprios produtos, sendo assim, a ênfase na hora de trocar mercadorias é dada por meio das proporções estabelecidas nas quais os produtos podem ser trocados entre si.

Isto posto, quando as proporções são estabelecidas, objetos produzidos com diferentes materiais passam a ter certa equivalência e

como exemplo Marx apresenta 1 tonelada de ferro e 2 onças de ouro tendo o mesmo valor, do mesmo modo que 1 libra de ouro e 1 libra de ferro têm o mesmo peso, apesar de suas diferentes propriedades tanto físicas quanto químicas.

Desse modo, o valor dos produtos do trabalho passa a ser reconhecido apenas por sua atuação como grandezas de valor e as mesmas acabam por assumir um caráter social, promovendo a ideia de que a característica social do trabalho só será realizada na troca, sendo ela manifestada pelo valor, de forma a alterar a relação social entre produtores para a relação social entre produtos do trabalho.

Com o estabelecimento da forma mercadoria, o caráter social dos trabalhos privados foi ocultado e o caráter misterioso da mercadoria passou a dominar as relações de troca e impor-se como uma lei natural reguladora, analogamente a imposição da lei da gravidade quando uma casa desaba sobre a cabeça de alguém, como exemplifica o autor da obra. Ainda, a determinação da grandeza de valor pode ser dada por meio do tempo de trabalho, mesmo que este último esteja oculto diante dos valores relativos da mercadoria, do mesmo modo, quando o tempo de trabalho como determinante da grandeza de valor é descoberto, retira dos produtos do trabalho o caráter da determinação de contingência das grandezas de valor, sem eliminar a reificação de sua forma.

Assim, com o desenvolvimento, as formas que classificam os produtos do trabalho como mercadorias foram determinadas antes mesmo que pudessem ser analisadas, sendo as mesmas consideradas como se fossem um produto natural da vida social. Logo, a condição social do trabalho privado foi velada e a economia burguesa apoiou a validação da mercadoria como sujeito representante das relações sociais, sendo assim, os produtores que deveriam estabelecer as relações sociais não mais o fazem, pois possuem a mercadoria socialmente validada para fazê-lo.

No entanto, na sociedade feudal, apesar da relação social de suserania e vassalagem (uma relação de dependência pessoal explícita e direta, que não podia ser rompida), era evidente o modo como se dava a

relação de trabalho, todos sabiam quem foi o autor da produção do labor e que parte dessa produção seria do senhor feudal que não a produziu. Já na sociedade capitalista, esse vínculo se apaga, não se percebe a relação de dependência explícita que temos para com relação aos outros, de quantas pessoas nós dependemos para comer e por mais que tenhamos consciência deste processo, nós estamos trocando trabalho de forma indireta. Um exemplo de colaboração social é dado por Adam Smith em sua obra *A Riqueza das Nações* (1996) na passagem: “não é da benevolência do açougueiro, do cervejeiro ou do padeiro que esperamos nosso jantar, mas da consideração que eles têm pelo seu próprio interesse” (SMITH, 1996, p. 74). De forma que ocorre uma relação de benevolência versus interesse, assim, para o indivíduo obter pão ele vai precisar ofertar algo que seja do interesse do padeiro. Enquanto na benevolência a relação se mostra apenas de um lado, no autointeresse ela é bilateral.

Em suma, com o fetiche da mercadoria ocorre na economia vulgar a inversão dos conceitos, isso acontece em razão do que nós vemos em nosso cotidiano, que são mercadorias tendo relações de valor com o dinheiro, ou seja, o que fica evidente são as relações entre as coisas e não a relação entre seres humanos e a troca de trabalho. Destarte, as coisas aparecem tão invertidas que se chega ao ponto de entender valor de uso como valor subjetivo das coisas e valor, que é uma relação social, apresentando-se como propriedade inerente às próprias coisas.

Por último, acreditamos que ao abordar o caráter fetichista da mercadoria e seu segredo, Marx consegue nos fazer entender os motivos pelos quais agimos de modo individualista nessa sociedade capitalista, posto que não somos capazes de notar a nossa dependência em relação ao trabalho dos outros devido a consideração do trabalho como sendo social apenas quando os indivíduos realizam trocas. Além de que esclarece a falta de transparência e a complexidade do mercado em detrimento dos antigos ‘organismos sociais de produção’, mostrando que não há dominação dos homens sobre o processo de produção, todavia há dominação do processo de relação sobre os homens.

3 Considerações finais

Neste artigo, foi apresentado os principais conceitos descritos por Karl Marx no capítulo 1 da obra *O Capital*, uma vez que os conceitos de valor, valor de troca, trabalho, gênese lógica do dinheiro e fetiche da mercadoria fundamentam a teoria deste autor e a sua concepção sobre a economia.

De acordo com Lukács, em seu livro *Para uma ontologia do ser social I* (2015), Marx segue a linha de pensamento hegeliana ao adotar o seu princípio da identidade. Ele observa igualdades nas diferenças e percebe que, além da necessidade da construção de uma linha histórica, também há a necessidade de uma detalhada explicação sobre os principais conceitos que serão abordados ao longo de sua obra a fim evidenciar o seu modo de raciocínio, tornando *O Capital* não apenas uma simples leitura, mas uma análise atenta e reflexiva, na qual deve-se considerar o contexto sócio-histórico e os conceitos definidos pela visão do autor para que haja um bom entendimento da obra.

Karl Marx e *O capital* estão sempre presentes nas discussões, das mesas dos bares às cadeiras acadêmicas, passando pelas assembleias de organizações sindicais, políticas e governamentais, suas relevâncias e contribuições para a sociedade são inegáveis, até os dias atuais. Apesar de sua formação em Filosofia, e não em Economia, (e, provavelmente, até por isso mesmo), Marx compreende muito bem as entranhas do modelo econômico capitalista e disserta com precisão e abrangência no seu livro. Assim como Aristóteles, ambos buscavam entender o elemento igual entre a troca de mercadorias, no entanto, o filósofo grego estava limitado por seu contexto histórico, tendo em vista que na sociedade grega o trabalho escravo ainda era predominante, ou seja, os produtos do trabalho humano ainda não eram todos mercadoria. Logo, pode-se dizer que Marx se inspira nas ideias de Aristóteles, mas em um período subsequente, o qual dispõe de mercado amplamente difundido e, assim, consegue determinar esse elemento comum que não era explícito no tempo de seu antecessor e, por isso, ele não foi capaz de explicar.

Ademais, outro diferencial do autor é sua abordagem do "trabalho". Sua crítica da Economia Política Clássica é, com razão, reconhecida como a mais profunda crítica do sistema capitalista. Tão profunda e certa foi sua linha de raciocínio que, por mais que o sistema tenha se alterado muito durante os 150 anos que nos separam desde a primeira publicação da obra (1867), as críticas permanecem atuais e atuantes. É fato que isso ocorre porque a obra estabelece uma abordagem científica capaz de elucidar as particularidades das relações fetichizadas do capital por meio do ser social e de sua historicidade.

Desse modo, posto que a riqueza no modo de produção capitalista apresenta-se como uma imensa coleção de mercadorias, ao longo do primeiro capítulo nota-se uma conceituação sobre o que é mercadoria e como ela é formada por valor de uso, valor, trabalho abstrato, troca, com o objetivo de formular uma descrição sobre mercadoria e como nela está contida a forma como se estruturam as relações sociais por meio de coisas. Por fim, tal análise sobre a mercadoria constitui uma contribuição original de Marx e proporciona ao leitor a oportunidade de refletir sobre o modo de produção capitalista.

Agradecimentos

Gabriel Souza Rosestolato Rezende foi um amigo extraordinário que perdemos muito cedo, mas, apesar de sua pouca idade, já trilhava o caminho de uma trajetória acadêmica que se anunciava promissora. Em agradecimento pelas suas inúmeras palavras de carinho e generosidade, dedicamos este texto a ele. Ademais, também gostaríamos de agradecer ao professor Maracajaro Mansor Silveira por nos inspirar e auxiliar na composição deste artigo.

Referências

JEVONS, William. **A teoria da economia política**. São Paulo. Editora Nova Cultural Ltda, 1996. (Os Economistas).

LUKÁCS, György. **Para uma ontologia do ser social I**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho, Mario Duayer e Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015. v. 1.

MALTHUS, Thomas. **Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática**. São Paulo: Editora Nova Cultural Ltda, v. 1, 1996. (Os Economistas).

MARX, Karl. **O capital**: crítica da economia política. Tradução Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo Editorial, 2013. v. 1.

MENGER, Carl. **Princípios de economia política**. Tradução de Luiz João Baraúna. São Paulo: Editor Victor Civita, 1983.

MICHAELIS. **Moderno Dicionário da Língua Portuguesa**. São Paulo: Editora Melhoramentos, 2015.

RICARDO, David. **Princípios de economia política e tributação**. São Paulo. Editora Nova Cultural Ltda, v. 1, 1996. (Os Economistas).

RUBIN, Isaac. **História do pensamento econômico**. Tradução Rubens Enderle. Rio de Janeiro. Editora UFRJ, 2014.

SMITH, Adam. **A riqueza das nações**. São Paulo. Editora Nova Cultural Ltda, v. 1, 1996. (Os Economistas).

WALRAS, Léon. **Compêndio dos elementos de economia política pura**. São Paulo. Editora Nova Cultural Ltda, 1996. (Os Economistas).

Sobre as autoras

Lais Ribeiro Valadão

Estudante de Ciências Econômicas pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. Conselheira Consultiva da Estratégia Jr. Consultoria.

Email: laisvaladao@id.uff.br

Helena Gouveia da Silva Regis

Estudante de Ciências Econômicas pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes. Tem interesse em temas relacionados ao subdesenvolvimento, desigualdade de renda e pobreza.

Email: helenagouveia@id.uff.br

Paula Helena Ayres

Estudante de Ciências Econômicas pelo Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional (ESR) da Universidade Federal Fluminense (UFF) em Campos dos Goytacazes.

Email: paulaayres@id.uff.br

Histórico

Recebido em: 28/06/2022. Aceito em: 24/10/2022. Publicado em: 22/12/2022.